



AVISO DE DISPENSA FÍSICA Nº 005/2026

EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Processo Administrativo nº. 002/2026

Torna-se público para conhecimento dos interessados que a Câmara Municipal de Tupi Paulista, Estado de São Paulo, realizará **Dispensa Física (Presencial) de Licitação¹**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, de acordo com o regime jurídico da Lei Federal nº 14.133/2021, na hipótese do art. 75, inciso I, da Resolução nº 003/2024, da Câmara Municipal de Tupi Paulista/SP (ANEXO IV) e demais legislação aplicável, objetivando obter a melhor proposta (a mais vantajosa para a Administração), observadas as datas e horários discriminados neste Aviso de Dispensa.

ENDEREÇOS PARA ENVIO DA PROPOSTA:

1º) entrega via eletrônica: contato@camaratupipta.sp.gov.br; ou

2º) entrega física (presencial ou por carta): na sede da Câmara Municipal, na Rua D. Pedro II, nº 357, Centro, CEP: 17.930-003, das 08h às 11h e das 13h às 16h.

DATA E HORÁRIO LIMITES PARA ENVIO ELETRÔNICO, PROTOCOLO PRESENCIAL NA SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL OU ENVIO FÍSICO DA POR CARTA DA PROPOSTA, DA DECLARAÇÃO UNIFICADA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: 31/03/2026, às 16h.

SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA, ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 01/04/2026, às 9h, na Sala de reuniões “Valdemar Cenedese”, localizada na Câmara Municipal.

DIVULGAÇÃO DA ATA DA SESSÃO PÚBLICA: 01/04/2026, às 15h.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto de engenharia ou arquitetura, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e memorial descritivo para abertura de processo licitatório para reforma e ampliação da área externa do prédio da Câmara Municipal de Tupi Paulista/SP.

¹ Art. 176. Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento:

I - dos requisitos estabelecidos no art. 7º e no caput do art. 8º desta Lei;

II - da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica a que se refere o § 2º do art. 17 desta Lei;

III - das regras relativas à divulgação em sítio eletrônico oficial.

Parágrafo único. Enquanto não adotarem o PNCP, os Municípios a que se refere o caput deste artigo deverão:

I - publicar, em diário oficial, as informações que esta Lei exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato;

II - disponibilizar a versão física dos documentos em suas repartições, vedada a cobrança de qualquer valor, salvo o referente ao fornecimento de edital ou de cópia de documento, que não será superior ao custo de sua reprodução gráfica.



1. OBJETO

1.1. O objeto da presente dispensa de licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para “contratação de empresa especializada para elaboração de projeto de engenharia ou arquitetura, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e memorial descritivo para abertura de processo licitatório para reforma e ampliação da área externa do prédio da Câmara Municipal de Tupi Paulista/SP”, conforme quantitativos e especificações relacionadas abaixo:

1.1.1. Os serviços, objeto do presente processo administrativo licitatório, compreendem:

- **Projetos básico e executivo;**
- **Memorial Descritivo;**
- **Planilha Orçamentária;**
- **Cronograma físico-financeiro;**
- **Acompanhamento da execução da obra junto à Câmara Municipal de Tupi Paulista/SP, inclusive com a entrega de laudo de medição.**

1.1.1.1 Dos seguintes itens:

- Pintura interna e externa do prédio da sede da Câmara Municipal;
- Adequação de entrada para pessoas com mobilidade reduzida;
- Demolição, remoção e correto descarte de entulhos e execução de nova calçada em torno do prédio da sede da Câmara Municipal;
- Demolição, remoção e correto descarte de entulhos e execução de novo calçamento do passeio público em torno da praça da Câmara Municipal;
- Raspagem prévia, lixamento e aplicação de camadas de verniz sintético nos tacos de madeira em todas as salas com tacos de madeira;
- Adequação para estacionamento de motos ao lado da futura rampa de acesso;
- Construção de passarela de acesso e interligação das mesas externas junto aos jardins da Câmara Municipal;
- Readequação do local “Memorial Covid”;
- Implantação de 2 (dois) pergolados metálicos com bancos em alvenaria, com pré-apresentação em 3D para aprovação, na praça da Câmara Municipal;



- Construção de garagem para no mínimo 2 (dois) veículos, sala de arquivo externo e almoxarifado da Câmara Municipal, com pré-apresentação em 3D;
- Aprovação dos projetos básico e executivo junto à Prefeitura Municipal para obtenção do alvará de construção (para as novas estruturas);
- Acompanhamento técnico durante a execução da obra, com fornecimento de laudos de medição;
- Emissão de laudo técnico final da execução da obra.

1.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS DO OBJETO (art. 6º, XXIII, “i” c/c art. 40, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021)

1.2.1. As informações relativas às especificações técnicas detalhadas do objeto estão elencadas no “**ANEXO I - Termo de Referência**” deste Aviso e são parte integrante deste independente de transcrição.

1.3. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

1.3.1. Devido à natureza do objeto, não se exigirá amostra no presente certame.

2. DA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

2.1. Uma vez que o valor total estimado para a aquisição dos itens da contratação é menor que R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a contratação direta por meio de dispensa física de licitação no presente caso se dará mediante a participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte (art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006).

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

3.1. No presente caso se trata de entrega imediata do objeto, sendo o prazo de vigência da contratação de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos a pedido do contratado ou a critério da Administração, por simples apostilamento.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA

4.1. REQUISITOS POSITIVOS DE PARTICIPAÇÃO

4.1.1. Para participar do presente certame, o interessado deverá ser pessoa jurídica do ramo de atividade de sua empresa compatível com o objeto da licitação/contratação direta.

4.2. A participação na presente dispensa dependerá do **ENVIO CONJUNTO E CONCOMITANTE** pelo interessado dos seguintes modelos devidamente preenchidos e assinados e documentos constantes dos anexos deste **Aviso de Dispensa** abaixo relacionados:



- a) **ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;**
- b) **ANEXO II.1 - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME;**
- c) **ANEXO III - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.**

4.3. O envio conjunto e concomitante da documentação para participação na presente dispensa física poderá ser por meio de:

4.3.1. Entrega física da proposta, declaração unificada e de habilitação (presencial por meio de protocolo na Secretaria da Câmara Municipal ou por envio de carta): na/para Secretaria da Câmara Municipal, na Rua D. Pedro II, nº 357, Centro, CEP: 17.930-003.

4.3.1.1. Considera-se válida a documentação protocolada na Secretaria da Câmara Municipal e a recebida via carta até o dia **26/03/2026, às 16h.**

4.3.2. Entrega eletrônica da proposta, declaração unificada e de habilitação via e-mail: contato@camaratupipta.sp.gov.br.

4.3.2.1. Considera-se válida a proposta recebida no e-mail acima citado **até o dia 26/03/2026, às 16h.**

4.4. Será considerada válida a proposta que preencher todos os requisitos constantes do presente aviso e de seus anexos e que tenha sido enviada ou protocolada até a data e o horário limites estabelecidos para abertura do procedimento.

4.4.1. Se a mesma empresa enviar ou protocolar mais de uma proposta e/ou outro documento, será considerado para efeito de análise e julgamento apenas o que foi enviado/protocolado por último.

4.5. Se não foram enviadas propostas adicionais com valor menor que alguma das propostas da pesquisa de preços, à empresa que apresentou a melhor proposta (de menor valor) da pesquisa de preços e que for classificada em primeiro lugar será concedido pelo Agente de Contratações o prazo de 5 (cinco) dias úteis para o envio conjunto do **“ANEXO II.1 - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME”** e dos documentos constantes do **“ANEXO III - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”**, **iniciando-se o prazo após convocação da empresa vencedora por e-mail.**

4.5.1. O disposto no item anterior será registrado na ata da sessão de classificação e julgamento das propostas.

4.6. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA DISPENSA OS FORNECEDORES:

- a) que não atendam às condições deste **Aviso de Contratação Direta e seus anexos;**
- b) que tiver registrada em seu contrato social atividade incompatível com o objeto desta dispensa.



- c) que se enquadrem nas vedações do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- d) suspensas temporariamente de contratar com a Câmara Municipal de Tupi Paulista, declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública;
- e) empresas que foram impedidas de contratar ou licitar e encontram-se na relação de apenados fornecidas pelo TCE/SP;
- f) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

5. FASE DE LANCES

5.1.1. Por se tratar de dispensa física, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**, na hipótese do art. 75, inciso I e da **Resolução nº 003/2024**, da Câmara Municipal de Tupi Paulista/SP **NÃO HAVERÁ FASE DE LANCES**.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1.1. DOS REQUISITOS, DO PREENCHIMENTO E ENVIO OU PROTOCOLO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1.1.1. A proposta de preços deverá ser apresentada pelo interessado na forma, prazo e condições estipulados neste Aviso e seus anexos, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste Aviso, assinada pelo seu titular ou representante legal, devidamente identificado, mediante o preenchimento do modelo do **ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS** deste aviso, contendo obrigatoriamente:

- a) Razão Social ou nome se pessoa física, CNPJ, endereço, CEP, telefone e e-mail;
- b) Valor unitário e total, em algarismos e por extenso, com valores expressos em moeda corrente nacional (R\$), sendo que havendo divergência entre o preço em algarismo e o expresso por extenso, prevalecerá o valor por extenso;
- c) Marca, Modelo e Fabricante, se for o caso;
- d) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação deste **Aviso de Dispensa e seus anexos**: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

6.1.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a **CONTRATADA**.

6.1.3. Devem estar incluídos no preço todos os custos operacionais para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, assim como despesas de viagens, alimentação, estadia, seguro e demais encargos de natureza fiscal,



previdenciária, comercial e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente, indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes desta dispensa.

6.1.3.1. Além do disposto no item anterior, as propostas deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro, uniformes, alimentação, transporte, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços.

6.1.4. Os preços ofertados nas propostas serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.1.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

6.1.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha/proposta, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.1.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Aviso de Dispensa e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição, se necessário.

6.1.8. Uma vez enviada a proposta, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, mas apenas substituí-la, ou seja, se a mesma empresa enviar ou protocolar mais de uma proposta, aquela que foi enviada/protocolada por último será considerada como proposta final para efeito de análise e julgamento, sendo que as propostas anteriores serão consideradas apenas como intermediárias, mesmo que tenham valores menores que a última proposta enviada.

6.1.8.1. Juntamente com a proposta o licitante deve enviar o quanto segue:

a) a **DECLARAÇÃO UNIFICADA DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME**, através do preenchimento e assinatura do “**ANEXO II.1 - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME**”;

b) a documentação de habilitação constante do “**ANEXO III - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**”.

6.1.8.2. **O prazo de validade das propostas será de NO MÍNIMO 60 (sessenta) dias**, contados de sua apresentação, podendo vir a ser prorrogado mediante solicitação do **Setor de Licitações e Contratos Administrativos** ou do **Agente de Contratação** e aceitação do licitante.



6.1.8.3. O valor da proposta não poderá exceder o valor estimado da contratação citado ao final deste Aviso, sob pena de desclassificação.

7. DO ENVIO DA DECLARAÇÃO UNIFICADA

7.1. A Declaração Unificada oriunda do preenchimento e assinatura do “**ANEXO II.1 - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME**” deve ser enviada por todos os interessados em participar na presente Dispensa Física **E DEVE SER ENVIADA CONJUNTAMENTE com a proposta de preços e os documentos de habilitação**, sendo que ao assinalar o respectivo campo, a empresa declara sua ciência das seguintes condições:

- a) a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, abstendo-se de atos que frustrem a finalidade da presente contratação;
- b) o enquadramento na condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49; **[SOMENTE ASSINALAR SE FOR MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE]**
- c) o pleno conhecimento e subordinação às condições gerais da contratação, direcionado aos princípios da boa-fé objetiva e interesse público, inerentes aos procedimentos de contratação pública;
- d) o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 63, inciso IV da Lei 14.133/21, **se couber**; e
- e) o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021, no que tange à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

8. DO ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Os Documentos de Habilitação, **A SEREM ENVIADOS POR TODOS OS INTERESSADOS EM PARTICIPAR NA PRESENTE DISPENSA FÍSICA**, são os constantes do “**ANEXO III – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**” deste aviso **E DEVEM SER ENVIADOS CONJUNTA E CONCOMITANTEMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS E A DECLARAÇÃO UNIFICADA.**



9. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

9.1. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste **Aviso de Contratação Direta e seus Anexos** quanto às especificações do objeto.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

10.1. Encerrado o prazo para envio das propostas, na data e horário já estabelecidos, tanto as propostas enviadas para a pesquisa de preços quanto aquelas adicionais que tenham sido enviadas/protocoladas serão analisadas em sua conformidade quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação, sendo então classificadas em ordem crescente.

10.2. As propostas apresentadas em consonância com as exigências do Aviso serão classificadas e será declarada vencedora a licitante que apresentar o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

10.2.1. As propostas enviadas para a pesquisa de preços participarão da classificação das propostas e terão caráter sigiloso até a sessão pública de abertura, análise, classificação e julgamento das propostas, nos termos do art. 24 da Lei Federal nº 14.133/2021 e na falta do envio de propostas adicionais mais vantajosas para a Administração, poderá a Câmara Municipal de Tupi Paulista contratar com o menor valor obtido e melhor classificado durante a pesquisa de preço, desde que cumpridos os requisitos de habilitação.

10.3. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

10.3.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

10.3.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

10.3.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa física.

10.3.4. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta atualizada pelo valor negociado no prazo de até 1 (um) dia útil e, se necessário, de documentos complementares.



10.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) Contiver vícios insanáveis;
- b) Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste **Aviso de Dispensa ou seus anexos**, desde que insanável.

10.5. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:

- a) for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- b) apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

10.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

10.7. Se a proposta for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.8. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se a nova data e horário para a sua continuidade através do site www.camaratupta.sp.gov.br.

10.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

11. DA FASE DE HABILITAÇÃO

11.1. Encerrada a análise quanto à aceitação e o julgamento das propostas, se iniciará a fase de habilitação do fornecedor da proposta ganhadora (melhor classificada), ou seja, daquele que apresentou a melhor proposta (proposta mais vantajosa para a Administração) segundo o critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, observado o disposto neste **Aviso de Contratação Direta**.



11.1.1. Se não foram enviadas propostas adicionais com valor menor que alguma das propostas da pesquisa de preços, à empresa que apresentou a melhor proposta (de menor valor) da pesquisa de preços e que foi classificada em primeiro lugar será concedido pelo Agente de Contratações o prazo de 5 (cinco) dias úteis para envio conjunto do **“ANEXO II.1 - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME”** e dos documentos constantes do **“ANEXO III - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”**, **iniciando-se o prazo após convocação da empresa vencedora por e-mail.**

11.2. Será inabilitado o fornecedor vencedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, incluindo as certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

11.2.1. Nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, além dos demais documentos de habilitação, por ocasião da participação neste certame as microempresas e as empresas de pequeno porte poderão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sendo assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.2.1.1. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e na Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, preferencialmente em formato digital, após solicitação da Administração, **sob pena de inabilitação.**

11.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006 deverá assinalar o campo pertinente no **“ANEXO II.1 - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME”** de que se enquadra na condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e estará dispensado **(a)** da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e **(b)** da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício, caso solicitados aos outros licitantes neste Aviso de Dispensa.



11.6. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor vencedor será habilitado.

11.6.1. Na hipótese de o fornecedor vencedor não atender às exigências para a habilitação, a Câmara Municipal examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

11.7. PESQUISA DE IMPEDIMENTOS

11.7.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do interessado detentor da proposta melhor classificada e para os fins de habilitação e celebração do contrato ou instrumento equivalente, o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de algum dos impedimentos referidos no Aviso de Dispensa e seus anexos será verificado mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores (SICAF);

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)
(<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=2&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)
(<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=2&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

d) Cadastro de Inabilitados e de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU);

e) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA)
(https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

f) outros sistemas cadastrais pertinentes que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta, conforme caso.

11.7.1.1. As consultas aos cadastros mencionados nas **letras "b", "c", "d" e "e", anteriores**, poderão ser substituídas pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>) ou pela Certidão de Apenados de Impedimentos de Contrato/Licitação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados?destination=publicas/certificado/add>), conforme o caso.

11.7.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome do fornecedor vencedor e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n.º 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.7.1.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas insanáveis, o fornecedor será considerado inabilitado, sendo que será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.



11.7.1.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.7.1.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.7.1.6. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, Registro Cadastral próprio da Câmara Municipal, caso exista certificado em nome da empresa ou pelos documentos de habilitação constantes Aviso de Dispensa.

11.7.2. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF ou cadastro equivalente na Câmara Municipal para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

11.7.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.7.3.1. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.7.4. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.7.5. O descumprimento dos subitens acima implicará a inabilitação do fornecedor vencedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

12. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

12.1. Estando devidamente habilitado, a autoridade competente realizará a homologação do procedimento e a adjudicação do objeto ao fornecedor vencedor, e caso aquela conclua pela contratação, a empresa vencedora será convocada, preferencialmente por e-mail, para firmar/aceitar Termo de Contrato/Nota de Empenho/Ordem de Compra/Serviço ou emitido instrumento equivalente.

12.2. Contados a partir da data de sua convocação, o adjudicatário terá o prazo de 72 (setenta e duas) horas úteis para firmar o termo de contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.



12.2.1. O prazo previsto para assinatura/aceitação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

12.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

a) Referida Nota ou instrumento equivalente está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

b) A **CONTRATADA** se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

c) A **CONTRATADA** reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21, neste **Aviso de Dispensa e seus anexos** e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

12.4. O prazo de vigência da contratação é de **60 (sessenta) dias**, contados da assinatura ou aceite do instrumento, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos a pedido do contratado ou a critério da Administração, por simples apostilamento.

12.5. Na assinatura do contrato ou no aceite do instrumento equivalente poderá ser exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante toda a vigência do contrato/instrumento.

12.6. CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA

12.6.1. Como alternativa preferencial à assinatura e/ou aceite e envio do Contrato/Nota de Empenho/Ordem de Compra ou Ordem de Serviço tradicional em papel, as partes reconhecem a forma de contratação por meios eletrônicos e digitais como preferencial, válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação não emitidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

13. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e art. 40, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.1. DA ENTREGA DO OBJETO (art. 40, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021)

13.1.1. As informações relativas à entrega do objeto estão elencadas no “**ANEXO I - Termo de Referência**” deste Aviso e são parte integrante deste independente de transcrição.



13.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

13.2.1. As informações relativas às obrigações da contratante e da contratada estão elencadas no “**ANEXO I - Termo de Referência**” deste Aviso e são parte integrante deste independente de transcrição.

13.3. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (art. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021)

13.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

13.4. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei Federal nº 14.133/21)

14.1. As informações relativas à gestão e fiscalização do contrato ou instrumento equivalente estão elencadas no “**ANEXO I - Termo de Referência**” deste Aviso e são parte integrante deste independente de transcrição.

15. CRITÉRIOS/CONDIÇÕES DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g”, da Lei Federal nº 14.133/21)

15.1. As informações relativas aos critérios/condições de medição e pagamento estão elencadas no “**ANEXO I - Termo de Referência**” deste Aviso e são parte integrante deste independente de transcrição.

15.2. DO REAJUSTE

15.2.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de 1 (um) ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16. REGIME SANCIONATÓRIO E CASOS DE RESCISÃO

16.1. O regime sancionatório e casos de rescisão são os elencados no “**ANEXO I - Termo de Referência**” deste Aviso e são parte integrante deste independente de transcrição.



17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. O interessado não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas o desconhecimento das condições para participação desta Dispensa de Licitação.

17.2. Todos os atos subsequentes, inclusive comunicados, avisos, atas, editais e alterações necessárias, salvo decisão motivada da autoridade competente, serão divulgados no site oficial da Câmara Municipal de Tupi Paulista, no endereço www.camaratupipta.sp.gov.br, podendo este aviso e os anexos serem consultados a qualquer momento.

17.2.1. Salvo disposição em contrário, considera-se dia do começo do prazo o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet.

17.3. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Câmara Municipal poderá

a) republicar o presente aviso com uma nova data.

b) fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

17.4. As providências dos acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

17.5. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste **Aviso de Contratação Direta**, deverá ser atendido o prazo indicado pelo **Agente de Contratação da Câmara Municipal**.

17.6. Caberá ao fornecedor interessado acompanhar as publicações realizadas pela Câmara Municipal, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer das publicações emitidas pela Câmara Municipal.

17.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

17.8. No julgamento das propostas, na classificação e da habilitação, a Câmara Municipal poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Câmara Municipal não será, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

17.10. Em caso de divergência entre disposições deste **Aviso de Contratação Direta** e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Aviso.

17.11. O presente Aviso poderá ser revogado, no todo em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.



17.12. O presente Aviso poderá ser anulado, no todo em parte, caso ocorra ilegalidade, de ofício ou por provocação. A anulação do procedimento oriundo deste Aviso, não gera direito a indenização.

17.13. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação/inabilitação do interessado que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.

17.14. O resultado da sessão pública de abertura, análise e classificação das propostas, assim como da habilitação serão publicados no Mural de Avisos e no site oficial da Câmara Municipal, no endereço www.camaratupipta.sp.gov.br.

17.15. Todos os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento, demais atos, inclusive no que se refere ao horário limite para envio das propostas observarão o horário de Brasília-DF.

17.16. Informações complementares poderão ser obtidas no horário das 08h às 11h e das 13h às 16h, de segunda à sexta-feira, na Secretaria da Câmara Municipal, pelo telefone (18) 3851-1975 ou pelo e-mail contato@camaratupipta.sp.gov.br.

18. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

18.1.1. O valor estimado (máximo) para a contratação foi calculado pela média de preços e consta nos autos do **Processo Administrativo Licitatório nº 002/2026**, sendo de 24.333,33 (vinte e quatro mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'j', da Lei Federal nº 14.133/2021)

19.1.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados para o **exercício de 2026** na seguinte dotação:

01.01.02 SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL

01.031.0001.2035 APOIO ADMINISTRATIVO AO PODER LEGISLATIVO

3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ

SUBELEMENTO 5 SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

19.1.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, se necessário.



20. DOS ANEXOS AO AVISO DE DISPENSA

20.1. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;**
- b) ANEXO I.1 – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.**
- c) ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;**
- d) ANEXO II.1 - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME;**
- e) ANEXO III - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO;**
- f) ANEXO IV - Resolução nº 003/2024, da Câmara Municipal de Tupi Paulista/SP.**

Tupi Paulista/SP, 25 de março de 2026.

GILMAR FERRO DE ALMEIDA
Presidente da Câmara Municipal de Tupi Paulista/SP



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo Licitatório nº. 002/2026

Contratação Direta - Dispensa nº 005/2026 - LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei Federal nº. 14.133/2021).

1. OBJETO: Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto de engenharia ou arquitetura, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e memorial descritivo para abertura de processo licitatório para reforma e ampliação da área externa do prédio da Câmara Municipal de Tupi Paulista/SP, conforme quantitativos e especificações relacionadas abaixo:

1.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS DO SERVIÇO (art. 6º, XXIII, “i” c/c art. 40, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021)

1.1.1. Os serviços, objeto do presente processo administrativo licitatório, compreendem:

- **Projetos básico e executivo;**
- **Memorial Descritivo;**
- **Planilha Orçamentária;**
- **Cronograma físico-financeiro;**
- **Acompanhamento da execução da obra junto à Câmara Municipal de Tupi Paulista/SP, inclusive com a entrega de laudo de medição.**

1.1.1.1 Dos seguintes itens:

- Pintura interna e externa do prédio da sede da Câmara Municipal;
- Adequação de entrada para pessoas com mobilidade reduzida;
- Demolição, **remoção e correto descarte de entulhos** e execução de nova calçada em torno do prédio da sede da Câmara Municipal;
- Demolição, **remoção e correto descarte de entulhos** e execução de novo calçamento do passeio público em torno da praça da Câmara Municipal;
- Raspagem prévia, lixamento e aplicação de camadas de verniz sintético nos tacos de madeira em todas as salas com tacos de madeira;
- Adequação para estacionamento de motos ao lado da futura rampa de acesso;



Câmara Municipal de Tupi Paulista

Rua D. Pedro II, nº 357 - Fone (18) 3851-1975 - Fone/Fax 3851-4354 - CEP 17.930-000

E-mail: cmtupipta@uol.com.br - contato@camaratupipta.sp.gov.br

C.N.P.J.: 01.553.985/0001-45

Site: www.camaratupipta.sp.gov.br

- Construção de passarela de acesso e interligação das mesas externas junto aos jardins da Câmara Municipal;
- Readequação do local “Memorial Covid”;
- Implantação de 2 (dois) pergolados metálicos com bancos em alvenaria, com pré-apresentação em 3D para aprovação, na praça da Câmara Municipal;
- Construção de garagem para no mínimo 2 (dois) veículos, sala de arquivo externo e almoxarifado da Câmara Municipal, com pré-apresentação em 3D;
- Aprovação dos projetos básico e executivo junto à Prefeitura Municipal para obtenção do alvará de construção (para as novas estruturas);
- Acompanhamento técnico durante a execução da obra, com fornecimento de laudos de medição;
- Emissão de laudo técnico final da execução da obra.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	1	Elaboração de Projeto Básico e Projeto Executivo (Reforma, Pintura e Ampliação), Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e Memorial Descritivo	Serviço	1
1	2	Acompanhamento Técnico da Obra (Fiscalização e Laudo Medição)	Serviço	1

1.2. O prazo de vigência da contratação do objeto/prestação dos serviços é de 12 (doze) meses, e/ou enquanto durar a execução da obra, contados da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

1.3. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 24.333,33 (vinte e quatro mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos)** conforme média dos custos totais estimados na **PESQUISA DE FORNECEDORES, constante do ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP), apêndice deste TERMO DE REFERÊNCIA, sendo que as propostas enviadas para a pesquisa de preços participarão da classificação das propostas e terão caráter sigiloso até a abertura das mesmas**, nos termos do art. 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. Além disso, na falta do envio de propostas adicionais mais vantajosas para a Administração, para o(s) dia(s) e horário(s) a ser(em) marcado(s) nos termos de futuro Aviso de Dispensa, **poderá a Câmara Municipal de Tupi Paulista/SP contratar com o menor valor obtido e melhor classificado durante a pesquisa de preço, desde que cumpridos os requisitos de habilitação.**



1.4. A contratação será realizada com fundamento na **Lei Federal nº 14.133/2021**, em seu artigo 75, inciso I e **resoluções da Câmara Municipal** sobre a matéria.

1.5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS E NÃO DE LUXO

1.5.1 - O(s) serviço(s) a ser(em) adquirido(s) enquadra(m)-se na classificação de comum, ou seja, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos, nos termos do **art. 6º, XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

1.5.2 - O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme **Decreto Federal nº 10.818, de 2021 e Resolução nº 02/2023 da Câmara Municipal de Tupi Paulista/SP, de 14 de março de 2023**, esta última disponível em:

<https://www.camaratupipta.sp.gov.br/storage/lei/766834e3f9817e3a0cf9bab33f3ef32a.doc>

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A necessidade administrativa a ser atendida é a contratação de empresa especializada para elaboração de projeto de engenharia ou arquitetura, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e memorial descritivo para abertura de processo licitatório para reforma e ampliação da área externa do prédio da Câmara Municipal de Tupi Paulista/SP, **(inciso I do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021)**.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei Federal nº 14.133/21

3.1. As condições para a contratação de empresa especializada para elaboração de projeto de engenharia ou arquitetura, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e memorial descritivo para abertura de processo licitatório para reforma e ampliação da área externa do prédio da Câmara Municipal de Tupi Paulista/SP deverão atender à descrição da solução como um todo (item 4) e ao disposto neste Termo de Referência, no Aviso de Dispensa e seus anexos **(inciso III do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021)**.

3.1.1. A futura contratada deve fornecer toda a documentação e os dados necessários quando da execução dos serviços contratados, bem como prestar à Câmara Municipal verbalmente ou por escrito informações específicas que visem esclarecer ou orientar a correta prestação dos serviços.

3.2. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

3.2.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação que constam a seguir serão solicitados do fornecedor mais bem classificado (melhor proposta), que terá o **prazo de 5 (cinco) dias úteis** para envio da documentação após notificação por e-mail ou carta, sob pena de inabilitação.

3.2.2. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO RELATIVA À PESSOA JURÍDICA

a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) emitido pela Secretaria da Receita Federal;



- b) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, relativos aos Tributos federal, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito da procuradoria da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (relativa ao ICMS);
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

3.2.2.3 DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA RELATIVA À PESSOA JURÍDICA

- a) Certidão Negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

3.2.2.4 DA DOCUMENTAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA RELATIVA À PESSOA JURÍDICA

- a) Certidão de regularidade expedida pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), da região a que estiverem vinculados, em plena validade, comprovando estarem aptos ao desempenho das atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da presente Licitação, da licitante e seus responsáveis técnicos;

3.2.2.5 DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO COMPLEMENTAR RELATIVA À PESSOA JURÍDICA

- a) Declaração de que não possui em seu Quadro de Pessoal menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menor de 14 (quatorze) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- b) Declaração de que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato ou instrumento equivalente, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- c) Declaração de que a licitante tem conhecimento e atende a todas as exigências de habilitação e especificações técnicas previstas neste termo, e que os documentos anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização, são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais;



Câmara Municipal de Tupi Paulista

Rua D. Pedro II, nº 357 - Fone (18) 3851-1975 - Fone/Fax 3851-4354 - CEP 17.930-000

E-mail: cmtupipta@uol.com.br - contato@camaratupipta.sp.gov.br

C.N.P.J.: 01.553.985/0001-45

Site: www.camaratupipta.sp.gov.br

d) Declaração de que no preço ofertado estão incluídos todos os custos, impostos, fretes, seguros e taxas e quaisquer outros encargos que incidam sobre o objeto licitado.

3.2.3. ATENÇÃO:

3.2.3.1. Caso as certidões expedidas pela Fazenda Federal, Estadual e Municipal, sejam **POSITIVAS**, a Câmara Municipal de Tupi Paulista/SP reserva-se ao direito de só aceitá-las se elas contiverem expressamente **COM EFEITOS DE NEGATIVA**, nos termos do **art. 206 do Código Tributário Nacional**.

3.2.3.2. No caso em que a empresa/pessoa jurídica participante seja considerada isenta dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

3.2.3.3. A documentação de habilitação deverá:

- a)** estar em nome da licitante;
- b)** estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente. Nos casos omissos, o pregoeiro considerará como prazo de validade o de 60 (sessenta) dias anteriores à data de recebimento dos envelopes/e-mails/propostas/cotações;
- c)** referir-se a apenas uma das filiais ou apenas à matriz, exceto para os casos expressos de recolhimento centralizado.

3.2.4. Na análise da habilitação das licitantes serão verificados os seguintes sistemas/cadastros, sem prejuízo dos demais documentos exigidos neste Edital:

a) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas da CGU (Portal da Transparência do Governo Federal
(<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSanctionado&direcao=asc>);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa do CNJ - Conselho Nacional de Justiça
(http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

3.2.4.1. Após consulta acima, as empresas que possuírem restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública serão inabilitadas.

3.2.4.2. A verificação em sítios oficiais de órgão e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

3.2.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Termo de Referência ou no Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital ou físico, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação;

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c' da Lei Federal nº 14.133/2021)



4.1. A solução consiste na contratação de empresa para desenvolvimento de projeto arquitetônico ou de engenharia com detalhamento técnico necessário para futura contratação de empresa para reforma e ampliação do prédio da Câmara Municipal de Tupi Paulista/SP, com base no **Estudo Técnico Preliminar**, nas condições fixadas neste **Termo de Referência** e nas demais condições gerais que regem essa modalidade de contratação (**dispensa**) (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.2. Visando o atendimento das necessidades da Câmara Municipal, a referida contratação deverá abranger, no mínimo:

- Projetos básico e executivo;
- Memorial Descritivo;
- Planilha Orçamentária;
- Cronograma físico-financeiro;
- Acompanhamento da execução da obra junto à Câmara Municipal de Tupi Paulista/SP, inclusive com a entrega de laudo de medição.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e art. 40, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021).

5.1. DA ENTREGA DO OBJETO (art. 40, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021)

5.1.1. A partir da assinatura/recebimento do Contrato/Nota de Empenho/Ordem de Compra/Serviço, o que acontecer primeiro, a CONTRATADA comprometer-se-á a realizar a entrega dos materiais/serviços constantes do instrumento.

5.1.2. O(s) bem(ns)/serviço(s) deve(rão) ser entregue(s) na Secretaria da Câmara Municipal no seguinte endereço da sede da Câmara Municipal: Rua D. Pedro II, nº 357, Centro, Tupi Paulista, Estado de São Paulo, CEP: 17.930-003, sendo que a entrega somente será considerada cumprida após o devido aceite por parte servidor responsável pelo **Setor de Compras** ou **Setor de Licitações e Contratos Administrativos** e **deverá ocorrer em parcela única e no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a partir da assinatura/recebimento do Contrato/Nota de Empenho/Ordem de Compra/Serviço, o que acontecer primeiro**, por conta e risco do fornecedor e com todos os tributos inclusos.

5.1.3. O horário de entrega será das 8h às 11h e das 13h às 16h, em dias úteis.

5.1.4. Se o prazo de entrega coincidir com o dia em que a Câmara Municipal não tenha atendimento ao público, este será automaticamente prorrogado até o primeiro dia útil subsequente.

5.1.5. A critério da Câmara Municipal, por meio do **Setor de Licitações e Contratos Administrativos**, os pedidos de prorrogação de prazo de entrega só serão examinados quando formulados por escrito, até o prazo limite de entrega.

5.1.6. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa ou pessoa física deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de



caso fortuito e força maior.

5.1.7. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste **Termo de Referência, no Aviso de Dispensa e seus anexos e na proposta, devendo ser substituído(s) no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação da CONTRATADA por e-mail ou carta**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades/sanções cabíveis, sendo que não se excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto.

5.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.2.1. Fornecer todas as informações disponíveis sobre o objeto deste **TERMO DE REFERÊNCIA** e do **Aviso de Dispensa e seus anexos**.

5.2.2. Prestar à **CONTRATADA**, quando necessário, quaisquer esclarecimentos relativos ao objeto deste **TERMO DE REFERÊNCIA** e **Aviso de Dispensa e seus anexos**, de forma a otimizar a sua entrega e atendimento aos preceitos de qualidade.

5.2.3. Acompanhar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**.

5.2.4. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas.

5.2.5. Verificar minuciosamente a conformidade do objeto recebido com as especificações constantes na proposta para fins de aceitação e recebimento.

5.2.6. Comunicar à **CONTRATADA** por escrito sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

5.2.7. Efetuar o pagamento mediante o recebimento pleno do objeto e apresentação da Nota Fiscal com as devidas retenções dos tributos devido, se necessário.

5.3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.3.1. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes em sua proposta, efetuando a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes em sua proposta, neste **TERMO DE REFERÊNCIA** e no **Aviso de Dispensa e seus anexos**, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão, se necessário, as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

5.3.2. Comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

5.3.3. Enviar DANFE, arquivo XML ou documento(s) equivalentes das notas fiscais para o e-mail contato@camaratupipta.sp.gov.br.

5.3.4. É expressamente vedado à **CONTRATADA** a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da Câmara Municipal de Tupi Paulista/SP, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu



cônjuge, companheiro, parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º (terceiro) grau.

5.3.5. A **CONTRATADA** cumprirá com suas obrigações contratuais, junto a Câmara Municipal de Tupi Paulista/SP, devendo, no desempenho os serviços, atuar com zelo, presteza e probidade e conforme as especificações a seguir:

a. Manter atualizada as certidões relativas a sua habilitação durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para esse processo;

b. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes;

c. Providenciar junto ao CREA as **Anotações de Responsabilidade Técnica (ART's)** ou junto ao CAU o **Registro de Responsabilidade Técnica (RRT)** referentes a todos os serviços objeto do contrato ou instrumento equivalente e especialidades pertinentes, ficando responsável pelos procedimentos, custos e taxas envolvidas, **se necessários**;

5.4. DA SUBCONTRATAÇÃO

5.4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

6. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei Federal nº 14.133/21)

6.1.1. Em razão do valor da presente despesa de licitação, o instrumento de contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, nos termos do **art. 95, I da Lei Federal nº 14.133/2021**.

6.1.2. O contrato/Nota de Empenho/Ordem de Serviço deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e o constante neste **TERMO DE REFERÊNCIA** e no **Aviso de Dispensa e seus anexos**, assim como nas Resoluções da Câmara Municipal sobre a matéria e na normas da **Lei Federal nº 14.133, de 2021**, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (**Lei Federal nº 14.133/2021, art. 115, caput**).

6.1.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução do objeto, eventual cronograma de execução existente será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (**Lei Federal nº 14.133/2021, art. 115, §5º**).

6.1.4. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) designados ou pelos respectivos substitutos (**Lei Federal nº 14.133/2021, art. 117, caput**), **a serem designados por meio de Portaria da Presidência da Câmara**.

6.1.5. O fiscal do contrato/instrumento anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, **determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados** (**Lei Federal nº 14.133/2021, art. 117, §1º**).



Câmara Municipal de Tupi Paulista

Rua D. Pedro II, nº 357 - Fone (18) 3851-1975 - Fone/Fax 3851-4354 - CEP 17.930-000

E-mail: cmtupipta@uol.com.br - contato@camaratupipta.sp.gov.br

C.N.P.J.: 01.553.985/0001-45

Site: www.camaratupipta.sp.gov.br

6.1.5.1. Salvo disposição diversa, fica desde já designado como Gestor e Fiscal de Contrato do presente processo administrativo licitatório o Sr. Érico da Silva Castro (Auxiliar Administrativo) e Sr. Murillo Martins Rezende (Assessor Parlamentar), respectivamente.

6.1.6. O fiscal do contrato/instrumento informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (**Lei Federal nº 14.133/2021, art. 117, §2º**).

6.1.7. A **CONTRATADA** será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou, se for o caso, de materiais nela empregados (**Lei Federal nº 14.133/2021, art. 119**).

6.1.8. A **CONTRATADA** será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do objeto, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE** (**Lei Federal nº 14.133/2021, art. 120**).

6.1.9. Somente a **CONTRATADA** será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto (**Lei Federal nº 14.133/2021, art. 121, caput**).

6.1.10. A inadimplência da **CONTRATADA** em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato/instrumento equivalente (**Lei Federal nº 14.133/2021, art. 121, §1º**).

6.1.11. As comunicações entre o órgão ou entidade e a **CONTRATADA** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, preferencialmente pelo uso de mensagem eletrônica para o e-mail contato@camaratupipta.sp.gov.br.

6.1.12. A Câmara Municipal de Tupi Paulista/SP poderá convocar, preferencialmente por e-mail, representante da empresa ou a pessoa física para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.13. Após a assinatura do contrato ou assinatura/emissão de instrumento equivalente, a Câmara Municipal de Tupi Paulista/SP poderá convocar o representante da empresa ou pessoa física **CONTRATADA** para reunião inicial para apresentação do **Plano de Fiscalização**, caso exista, que poderá conter informações adicionais acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da **CONTRATADA**, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g”, da Lei Federal nº 14.133/21)

7.1.1. O pagamento da empresa **CONTRATADA** será efetuado em moeda corrente nacional, em 2 (duas) parcelas, sendo a 1ª (primeira) parcela correspondente a 70% do serviço após a entrega do Item 1 (um) e a 2ª (segunda) parcela correspondente a 30% do serviço após a entrega do Item 2, conforme descrito neste Termo de Referência, em até 10 (dez) dias úteis, juntamente com a correspondente Nota Fiscal/Fatura, na qual deverá constar o recolhimento de todos os tributos devidos.



7.1.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da **CONTRATADA**, sendo que a Câmara Municipal de Tupi Paulista/SP promoverá a retenção, quando for o caso, de todo e qualquer tributo devido em decorrência do presente certame, na forma da legislação vigente.

8. DO REAJUSTE

8.1.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

9. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (art. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021)

9.1.1. Não haverá exigência da garantia da contratação constante dos arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

10. REGIME SANCIONATÓRIO E CASOS DE RESCISÃO

10.1.1. Comete **infração administrativa** o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato ou instrumento equivalente;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato/instrumento equivalente;
- i) Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato/instrumento equivalente;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.1.1.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa.



10.1.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, de forma conjunta ou isolada, após devido processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

10.1.3. A penalidade de advertência será aplicada quando ocorrer o descumprimento das obrigações assumidas, desde que sua gravidade, a critério da Câmara Municipal de Tupi Paulista/SP, mediante justificativa, não recomende a aplicação de outra penalidade, exceto nos casos de reincidência dos fatos que ensejaram a advertência, quando deverá ser aplicada penalidade de multa na forma da alínea "c" do item abaixo.

10.1.4. A penalidade de multa será aplicada nos seguintes casos e proporções:

a) recusa injustificada da adjudicatária em assinar, se necessário, o contrato/instrumento equivalente/Nota de Empenho/Ordem de Compra/Serviço - OCS no prazo estabelecido: 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato/instrumento equivalente/a Ordem de Compra/Serviço - OCS;

b) atraso injustificado na entrega do objeto da licitação, ou parte dele, em relação ao prazo estipulado: 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento), **por dia de atraso**, sobre o valor do produto não entregue, até no máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor global do contrato/instrumento equivalente/Nota Empenho/a Ordem de Compra/Serviço - OCS, o que ensejará a rescisão contratual;

c) ocorrência de qualquer outro tipo de inadimplência não abrangido pelas alíneas anteriores: 10% (dez por cento) do valor global do contrato/instrumento equivalente/Ordem de Compra/Serviço - OCS para cada evento.

10.1.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

10.1.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.1.7. As multas deverão ser recolhidas junto à Prefeitura Municipal de Tupi Paulista, mediante guia específica e apresentação de Comprovante de Recolhimento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação, podendo a Câmara Municipal de Tupi Paulista/SP descontá-las, na sua totalidade ou em parte, do pagamento a ser efetuado à do fornecedor e/ou da garantia prestada (quando for o caso).

10.1.8. Se o valor a ser descontado for insuficiente, ficará o fornecedor obrigado a recolher



Câmara Municipal de Tupi Paulista

Rua D. Pedro II, nº 357 - Fone (18) 3851-1975 - Fone/Fax 3851-4354 - CEP 17.930-000

E-mail: cmtupta@uol.com.br - contato@camaratupta.sp.gov.br

C.N.P.J.: 01.553.985/0001-45

Site: www.camaratupta.sp.gov.br

a importância devida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial.

10.1.9. O valor total das multas, aplicadas na vigência do contrato/instrumento equivalente/Nota de Empenho/Ordem de Compra/Serviço - OCS, o que ocorrer primeiro, não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do seu valor global, o que ensejará a sua rescisão.

10.1.10. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia da respectiva **CONTRATADA**, caso prestada.

10.1.11. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Câmara Municipal ou cobrada judicialmente.

10.1.12. Os prazos para defesa prévia serão de 5 (cinco) dias úteis, nas hipóteses de advertência, multa, rescisão do contrato ou suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal e de 10 (dez) dias úteis na hipótese de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.1.13. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração poderá também ser aplicadas à empresa ou ao profissional que:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Câmara Municipal de Tupi Paulista/SP em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou instrumento equivalente ou não entregar o objeto após a confecção da Nota de Empenho;
- e) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, constante deste **Aviso de Dispensa**;
- f) apresentar documentação falsa;
- g) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- h) não manter a proposta;
- i) falhar ou fraudar na execução do contrato/instrumento equivalente;
- j) comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei Federal nº 12.846/2013.

10.1.14. A Câmara Municipal de Tupi Paulista/SP deverá informar os dados relativos às sanções por ela aplicada aos contratados de forma a manter atualizado o CEIS de que trata o artigo 23 da Lei nº 12.846/2013.

10.1.15. Das penalidades de que trata este tópico caberão recurso ou pedido de reconsideração, dirigido ao Presidente da Câmara com as devidas razões.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei Federal nº 14.133/2021)

11.1. DEFINIÇÃO DO TIPO E FORMA DE LICITAÇÃO

11.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de



DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fundamento na hipótese do **art. 75, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

11.1.2. A referida dispensa de licitação se dará por meio de DISPENSA FÍSICA (PRESENCIAL).

11.1.3. As propostas enviadas para a pesquisa de preços participarão da classificação das propostas e terão caráter sigiloso até a abertura das mesmas, nos termos do art. 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. Além disso, na falta do envio de propostas adicionais mais vantajosas para a Administração, para o(s) dia(s) e horário(s) a ser(em) marcado(s) nos termos de futuro Aviso de Dispensa, poderá a Câmara Municipal de Tupi Paulista/SP contratar com o menor valor obtido e melhor classificado durante a pesquisa de preço.

11.2. PREÇO

11.2.1. No preço ofertado deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos, inclusive taxas, impostos, frete e outros que incidam ou venham a incidir na execução do objeto no local estabelecido.

11.3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

11.3.1. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste **Termo de Referência, no Aviso de Contratação Direta e seus Anexos** quanto às especificações do objeto.

12. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

12.1. Em virtude da vigência da **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 - LGPD)**, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, fica estabelecido que:

12.1.1. A **CONTRATADA** obriga-se a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais, em especial a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como com as determinações de órgãos reguladores e fiscalizadores da matéria, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

12.1.2. O contrato/instrumento equivalente não transfere a propriedade de quaisquer dados da **CONTRATANTE** ou dos clientes desta para a **CONTRATADA**.

12.1.3. A **CONTRATADA** tratará os dados pessoais a que tiver acesso em virtude do contrato/instrumento equivalente apenas para a execução e na medida do necessário para atender as finalidades do objeto contratado.

12.1.4. A **CONTRATANTE** não autoriza a **CONTRATADA** a usar, compartilhar ou comercializar quaisquer eventuais elementos de dados, que se originem ou sejam criados a partir do tratamento de dados pessoais objeto do Contrato/instrumento equivalente.

12.1.5. A **CONTRATADA** não poderá, sem autorização e/ou instruções prévias da **CONTRATANTE**, transferir ou, de qualquer outra forma, compartilhar e/ou garantir acesso aos Dados Pessoais ou a quaisquer outras informações a terceiros.



12.1.6. A **CONTRATADA** deverá manter sigilo das operações de tratamento de dados pessoais que realizar em razão do contrato/instrumento equivalente, bem como implementar medidas técnicas e administrativas necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de dados pessoais seja estruturado de forma a atender aos requisitos de segurança, padrões de boas práticas de governança e princípios gerais previstos na legislação e nas demais normas regulamentares aplicáveis.

12.1.7. As obrigações de sigilo e processamento dos dados pessoais impostos à **CONTRATADA** se estendem a seus prepostos e subcontratados (se autorizado em contrato ou instrumento equivalente), garantindo que o acesso aos dados pessoais somente seja concedido às pessoas designadas para executar as atividades descritas no Contrato ou instrumento equivalente e que estejam sob obrigação de confidencialidade com relação aos dados pessoais tratados.

12.1.8. A **CONTRATADA** deverá realizar as atividades de tratamento de dados pessoais decorrentes do contrato/instrumento equivalente segundo as instruções lícitas e documentadas fornecidas pela **CONTRATANTE**; bem como da legislação pertinente à proteção de dados pessoais, sob pena de arcar com as perdas e danos que eventualmente causar à **CONTRATANTE** e a terceiros, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.

12.1.9. A **CONTRATADA** responderá administrativa e judicialmente, sem prejuízo de eventual reparo a dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, que causar a terceiros, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais decorrentes do contrato, por violação à legislação de proteção de dados pessoais, bem como por violação da segurança, nos termos do parágrafo único do Artigo 44 da LGPD.

12.1.10. A **CONTRATADA** fica obrigada a garantir a segurança da informação prevista na LGPD, nas normas regulamentares pertinentes e no instrumento contratual, em relação aos dados pessoais, mesmo após o seu término.

12.1.11. A **CONTRATADA** deverá notificar a **CONTRATANTE**, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre exposições ou ameaças em relação à conformidade com a proteção de dados, bem como sobre reclamações e solicitações dos titulares de Dados Pessoais bem como intimações e notificações judiciais ou de outras autoridades públicas, que venha a receber em razão do contrato ou instrumento equivalente.

12.1.12. A **CONTRATADA** se compromete a cooperar e a fornecer à **CONTRATANTE**, no prazo estabelecido, todas as informações relacionadas ao tratamento de dados pessoais que estiverem sob sua custódia em razão do contrato ou instrumento equivalente e que sejam necessárias para responder às solicitações ou reclamações feitas com fundamento na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

12.1.13. A **CONTRATADA** deverá notificar a Contrante, por escrito e imediatamente após tomar ciência do fato, sobre a ocorrência de incidente de segurança envolvendo dados pessoais tratados em razão do contrato ou instrumento equivalente. Essa notificação deverá conter, no mínimo:

a) Data e hora provável do incidente;



Câmara Municipal de Tupi Paulista

Rua D. Pedro II, nº 357 - Fone (18) 3851-1975 - Fone/Fax 3851-4354 - CEP 17.930-000

E-mail: cmtupipta@uol.com.br - contato@camaratupipta.sp.gov.br

C.N.P.J.: 01.553.985/0001-45

Site: www.camaratupipta.sp.gov.br

- b) Data e hora da ciência pela contratada;
- c) Relação dos tipos de dados afetados pelo incidente;
- d) Número de titulares afetados e demais informações sobre os titulares envolvidos;
- e) Indicação de medidas que estiverem sendo tomadas para reparar o dano e evitar novos incidentes;
- f) Os riscos relacionados ao incidente;
- g) Dados de contato do Encarregado de Proteção de Dados ou outra pessoa junto à qual seja possível obter mais informações sobre o ocorrido;
- h) Os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata.

12.1.14. A **CONTRATANTE** terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade da **CONTRATADA** com as obrigações de Proteção de Dados Pessoais, sem que isso implique em qualquer diminuição da responsabilidade que a **CONTRATADA** possui perante a LGPD e o Contrato/instrumento equivalente.

12.1.15. A **CONTRATADA** arcará com todos os custos, incluindo indenizações e penalidades aplicadas à **CONTRATANTE** por eventuais danos que esta venha a sofrer em decorrência do uso indevido dos dados pessoais por parte da **CONTRATADA**, sempre que ficar comprovado que houve falha de segurança (técnica e administrativa), descumprimento das regras da lei geral de proteção de dados citadas no contrato/instrumento equivalente, sem prejuízo da aplicação das penalidades do contrato/instrumento equivalente.

12.1.16. A **CONTRATADA** declara que, caso utilize sistema próprio para armazenamento dos dados fornecidos pela **CONTRATANTE** para execução dos serviços:

- a) Adotará procedimentos e controles, abrangendo, no mínimo, a autenticação, a criptografia, a detecção de intrusão e a prevenção de vazamento de informações e dados recebidos da **CONTRATANTE** para execução do objeto do Contrato/instrumento equivalente;
- b) Realizará testes e varreduras para detecção de vulnerabilidade, mantendo seus sistemas eletrônicos livres de programas maliciosos;
- c) Efetuará a gestão de acessos aos seus sistemas eletrônicos pelos seus prepostos, de forma efetiva, assegurando o cumprimento das obrigações do Contrato/instrumento equivalente e da legislação reguladora;
- d) Manterá o registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;
- e) Seguirá os padrões de segurança técnica e procedimentos de segurança das informações testadas e validadas e referendados pelo **CONTRATANTE** por meio do contrato/instrumento equivalente ou em suas Políticas de Governança, de Segurança da Informação e de Privacidade.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

13.1. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

13.1.1. O valor estimado para a contratação foi calculado pela média de preços e consta nos autos do **Processo Administrativo Licitatório nº 002/2026**, sendo de R\$ 24.333,33 (vinte e quatro mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

13.2. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'j', da Lei Federal nº



14.133/2021)

13.2.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados para o exercício de 2026 na seguinte dotação:

01.01.02 SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL

01.031.0001.2035 APOIO ADMINISTRATIVO AO PODER LEGISLATIVO

3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ

SUBELEMENTO 5 SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

13.2.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, se necessário.

Tupi Paulista/SP, 25 de março de 2026.

Érico da Silva Castro

Responsável pelo TERMO DE REFERÊNCIA

Responsável pelo Setor de Licitações e Contratos Administrativos

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS - APROVAÇÃO MOTIVADA DO TERMO DE REFERÊNCIA

O documento apresentado descreve de maneira adequada o planejamento da contratação, permitindo a avaliação de custos e demandas, definindo a sistemática de suprimento, critérios de aceitação do objeto, deveres do Licitante e da Administração, procedimentos de fiscalização e gerenciamento, prazos de entrega e a possibilidade de sanções administrativas, de forma clara, concisa e objetiva.

Dessa forma, com base nas justificativas técnicas e nos argumentos apresentados, nos termos do **art. 6º, XXIII da Lei Federal nº 14.133/2021**, **APROVO** o presente **TERMO DE REFERÊNCIA**, na data supra.

Gilmar Ferro de Almeida

Presidente da Câmara Municipal de Tupi Paulista/SP



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 002/2026

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública

1 - DO OBJETO:

1.1. Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto de engenharia ou arquitetura (projetos básico e executivo), incluindo planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e memorial descritivo para abertura de processo licitatório para reforma, pintura e ampliação da área externa e interna do prédio da Câmara Municipal de Tupi Paulista/SP.

2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. O presente pedido de abertura de processo licitatório vem pela necessidade de modernização, adequação e ampliação das instalações físicas externas e internas da Câmara Municipal de Tupi Paulista/SP. A infraestrutura atual necessita de intervenções para garantir a acessibilidade plena, a melhoria estética e a otimização dos espaços para melhor desempenho das atividades do Poder Legislativo Municipal e atendimento ao público.

2.2. A necessidade é evidenciada pela lista de intervenções propostas, que visam:

- **Garantir a Acessibilidade:** Adequação da entrada para pessoas com mobilidade reduzida;
- **Melhorar a Conservação e Estética:** Pintura interna e externa;
- **Otimizar a Logística e o Uso do Espaço:** Construção de garagem para veículos, sala de arquivo externo e almoxarifado, adequação para estacionamento de motos e readequação de áreas externas (calçada, passarela, pergolados);
- **Legalizar as Intervenções:** Obter a aprovação do projeto junto à Prefeitura Municipal para a obtenção do alvará de construção das novas estruturas.

2.3. A ausência de um Projeto Executivo completo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e Memorial Descritivo impede a correta e legal abertura do processo licitatório para a execução da obra, tornando a contratação dos serviços técnicos especializados indispensável.

3 – ÁREA REQUISITANTE

Área requisitante	Responsável
Presidência da Câmara Municipal	Gilmar Ferro de Almeida



Câmara Municipal de Tupi Paulista

Rua D. Pedro II, nº 357 - Fone (18) 3851-1975 - Fone/Fax 3851-4354 - CEP 17.930-000
E-mail: cmtupipta@uol.com.br - contato@camaratupipta.sp.gov.br
C.N.P.J.: 01.553.985/0001-45
Site: www.camaratupipta.sp.gov.br

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O serviço contratado deverá resultar na entrega de um conjunto completo de documentos técnicos que permitam a licitação da obra, incluindo: Projeto Básico, Projeto Executivo, Planilha Orçamentária Detalhada, Cronograma Físico-Financeiro e Memorial Descritivo.

4.2. O projeto deverá contemplar, obrigatoriamente, as seguintes intervenções:

- Pintura, interna e externa do prédio da sede da Câmara Municipal;
- Adequação de entrada para pessoas com mobilidade reduzida;
- Demolição e execução de nova calçada em torno do prédio da sede da Câmara Municipal;
- Demolição e execução de novo calçamento do passeio público em torno da praça da Câmara Municipal;
- Raspagem prévia, lixamento e aplicação de camadas de verniz sintético nos tacos de madeira em todas as salas com tacos de madeira;
- Adequação para estacionamento de motos ao lado da futura rampa de acesso;
- Construção de passarela de acesso e interligação das mesas externas junto aos jardins da Câmara Municipal;
- Readequação do local “Memorial Covid”;
- Implantação de 2 pergolados metálicos com bancos em alvenaria, com pré-apresentação em 3D para aprovação, na praça da Câmara Municipal;
- Construção de garagem para veículos, sala de arquivo externo e almoxarifado com pré-apresentação em 3D;
- Aprovação dos projetos básico e executivo junto à Prefeitura Municipal para obtenção do alvará de construção (para as novas estruturas);
- Acompanhamento técnico durante a execução da obra, com fornecimento de laudos de medição;
- Emissão de laudo técnico final da execução da obra.

4.3. O contratado deverá repetir procedimentos às suas próprias custas para corrigir falhas verificadas, principalmente na hipótese de entrega de projetos ou documentos em desacordo com as normas técnicas vigentes ou com as condições pactuadas.

5 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

5.1. A contratação se refere a um serviço único e indivisível de elaboração de projeto e documentos técnicos para a obra de reforma, pintura e ampliação. A quantidade de serviços a serem executados está detalhada no item 4.2. As especificações do objeto e quantitativos encontram-se descritas nos quadros abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	1	Elaboração de Projeto Básico e Projeto Executivo (Reforma, Pintura e Ampliação), Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e Memorial Descritivo	Serviço	1



Câmara Municipal de Tupi Paulista

Rua D. Pedro II, nº 357 - Fone (18) 3851-1975 - Fone/Fax 3851-4354 - CEP 17.930-000
E-mail: cmtupipta@uol.com.br - contato@camaratupipta.sp.gov.br
C.N.P.J.: 01.553.985/0001-45
Site: www.camaratupipta.sp.gov.br

1	2	Acompanhamento Técnico da Obra (Fiscalização e Laudo Medição)	Serviço	1
---	---	---	---------	---

6 – ANÁLISE DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR

6.1. Soluções Disponíveis no Mercado:

Foram identificadas as seguintes soluções disponíveis no mercado para atendimento à necessidade de obtenção dos documentos técnicos para a licitação da obra:

Solução: Contratação de empresa ou profissional especializado (serviços técnicos).

6.2. Justificativa da Solução Escolhida:

A Solução mostrou-se a melhor opção, visto que:

- a) A Câmara Municipal não dispõe de corpo técnico (engenheiros e arquitetos) para elaborar um projeto de reforma, pintura e ampliação exigidos pela legislação de licitações (Lei nº 14.133/2021);
- b) A contratação externa garante a isenção e a qualidade técnica dos documentos, além de incluir a responsabilidade pela aprovação do projeto junto à Prefeitura Municipal e o acompanhamento técnico da obra, o que exige dedicação exclusiva e conhecimento específico.

A solução escolhida atende inteiramente as necessidades da Câmara Municipal, no que tange a obtenção de todos os documentos necessários para a abertura do processo licitatório da obra.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A solução como um todo consiste na contratação de um serviço técnico especializado que entregará o Projeto Básico e Executivo da reforma, pintura e ampliação, a Planilha Orçamentária (com custos detalhados), o Cronograma Físico-Financeiro e o Memorial Descritivo. Além disso, o serviço incluirá a legalização do projeto junto à Prefeitura Municipal e o acompanhamento técnico da execução da obra.

7.2. O resultado final será um processo licitatório para a obra embasado em documentos técnicos completos, minimizando riscos de aditivos contratuais e garantindo a correta execução do objeto.

8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

8.1. Optou-se pelo não parcelamento da solução pelos seguintes motivos:

- a) **Unidade Técnica:** O parcelamento do objeto (contratar o projeto, o orçamento e o cronograma separadamente) é inviável, pois compromete a unidade técnica do projeto. O orçamento e o cronograma são diretamente dependentes do projeto arquitetônico e de engenharia;



Câmara Municipal de Tupi Paulista

Rua D. Pedro II, nº 357 - Fone (18) 3851-1975 - Fone/Fax 3851-4354 - CEP 17.930-000
E-mail: cmtupipta@uol.com.br - contato@camaratupipta.sp.gov.br
C.N.P.J.: 01.553.985/0001-45
Site: www.camaratupipta.sp.gov.br

- b) **Risco de Incompatibilidade:** A contratação de diferentes empresas para partes do projeto aumenta o risco de incompatibilidade entre os documentos técnicos, gerando retrabalho e atrasos;
- c) **Economia de Escala e Gestão:** A contratação de um único fornecedor para o conjunto de serviços de projeto e acompanhamento técnico reduz os custos administrativos de gestão e fiscalização de múltiplos contratos, sendo mais eficiente e vantajoso para a Administração.

8.2. Conforme o inciso II do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, a regra do parcelamento deve ser observada quando técnica e economicamente vantajosa. No caso de serviços técnicos de projeto para uma mesma obra, a contratação em lote único se mostra a opção mais eficaz e segura.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1. Com a contratação, espera-se alcançar os seguintes resultados:

- **Conformidade Legal:** Obtenção de todos os documentos técnicos exigidos pela Lei nº 14.133/2021 para a licitação de obras públicas;
- **Infraestrutura Adequada:** Possibilidade de iniciar a obra de reforma, pintura e ampliação, resultando em um espaço externo da Câmara Municipal moderno, acessível e com espaços otimizados (garagem, arquivo, almoxarifado, áreas externas).
- **Segurança Técnica:** Redução de riscos de erros de projeto e orçamentários, garantindo que a obra seja executada conforme o planejado e dentro do custo e prazo previstos.

10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

10.1. As providências prévias a serem adotadas incluem:

- Definição do valor estimado da contratação (pesquisa de preços);
- Elaboração do Termo de Referência (TR) com base neste ETP;
- Emissão da Certidão de Adequação Orçamentária (CAO) pelo Setor Contábil;
- Designação formal do Gestor e Fiscal do Contrato.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

11.1. A contratação de serviços de projeto é interdependente da futura Contratação da Obra de Reforma, Pintura e Ampliação. Além disso, o presente ETP é a base para a elaboração do Termo de Referência da contratação dos serviços de projeto, que, por sua vez, resultará nos documentos necessários para a licitação da obra.

12 – IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1. Visando cumprir o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**, serão considerados no Termo de Referência da contratação dos serviços de projeto os seguintes critérios de sustentabilidade:



Câmara Municipal de Tupi Paulista

Rua D. Pedro II, nº 357 - Fone (18) 3851-1975 - Fone/Fax 3851-4354 - CEP 17.930-000
E-mail: cmtupipta@uol.com.br - contato@camaratupipta.sp.gov.br
C.N.P.J.: 01.553.985/0001-45
Site: www.camaratupipta.sp.gov.br

- O projeto deverá prever a utilização de materiais e técnicas construtivas que minimizem o impacto ambiental da obra;
- O projeto deverá contemplar soluções de eficiência energética e hídrica (ex: uso de iluminação LED, dispositivos economizadores);
- O Memorial Descritivo deverá prever o correto gerenciamento de resíduos da construção civil (demolição da calçada, etc.), conforme a legislação ambiental vigente.

13 - ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

13.1. O presente ETP será enviado ao Setor de Compras para a devida finalização com as estimativas de valor de contratação mediante a pesquisa de preços no mercado, conforme o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A estimativa de preço deverá considerar os valores praticados por profissionais e empresas especializadas na elaboração de projetos de engenharia e arquitetura para órgãos públicos, utilizando-se de fontes como SINAPI, SICRO, ou orçamentos de empresas do ramo.

14 - FONTE DE RECURSO

14.1. A futura contratação será atendida por dotação orçamentária informada pelo Setor Contábil quando da emissão da Certidão de Adequação Orçamentária (CAO).

15 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

15.1. Com base nas informações levantadas neste Estudo Técnico Preliminar e considerando a necessidade institucional, a existência de soluções de mercado que atendem aos requisitos definidos e a disponibilidade de recursos orçamentários, declara-se VIÁVEL a contratação pretendida (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Tupi Paulista, 22 de janeiro de 2026.

Gilmar Ferro de Almeida
Presidência
Setor Requisitante/Demandante

Estudo Técnico Preliminar aprovado, nesta mesma data:

Gilmar Ferro de Almeida
Presidente da Câmara Municipal de Tupi Paulista/SP

MODELO PARA A PROPOSTA (TIMBRE DA EMPRESA)

Razão Social:	
CNPJ:	
Endereço:	
Cidade/UF:	CEP:
E-mail:	Fone:

Venho por meio deste, apresentar abaixo nossa proposta de preços para o objeto do presente certame (**Processo Administrativos Licitatório nº 002/2026**) qual seja, a **“Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto de engenharia ou arquitetura, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e memorial descritivo para abertura de processo licitatório para reforma e ampliação da área externa do prédio da Câmara Municipal de Tupi Paulista/SP”** de acordo com detalhamento constante do **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR e seus anexos**, conforme abaixo especificados:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Elaboração de Projeto Básico e Projeto Executivo (Reforma, Pintura e Ampliação), Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e Memorial Descritivo	SERVIÇO	1	R\$	R\$
1	2	Acompanhamento Técnico da Obra (Fiscalização e Laudo Medição)	SERVIÇO	1	R\$	R\$
VALOR TOTAL GLOBAL (SOMA DO VALOR TOTAL DO ITEM 1 + ITEM 2)					R\$	

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: XXXX,XX (xxxxxxxxxx preço por extenso)

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Tupi Paulista/SP, xx de xxxx de 2026.

Local e data.

Razão Social

CNPJ

Nome e assinatura do Responsável pela Empresa

Carimbo da Empresa (se houver)

ANEXO II.1 - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

DISPENSA FÍSICA Nº 002/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº. 005/2026

À **CÂMARA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA/SP**, Rua: Dom Pedro II, nº 357, Centro, Tupi Paulista/SP - CEP: 17.930-003.

A/C Setor de Compras

Prezados Senhores,

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para os devidos fins e efeitos legais, especialmente para participação no processo licitatório/dispensa de licitação em epígrafe:

() a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, abstendo-se de atos que frustrem a finalidade da presente contratação;

() o enquadramento na condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49; **[SOMENTE ASSINALAR SE FOR Microempresa e Empresa de Pequeno Porte]**

() o pleno conhecimento e subordinação às condições gerais da contratação, direcionado aos princípios da boa-fé objetiva e interesse público, inerentes aos procedimentos de contratação pública;

() o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 63, inciso IV da Lei 14.133/21, **se couber**; e

() o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021, no que tange à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Tupi Paulista/SP, XX de XXXX de 2026.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
CARIMBO DA EMPRESA (SE HOVER)



ANEXO III – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

1.1. Para participar do presente certame, o interessado deverá ser pessoa jurídica do ramo de atividade de sua empresa compatível com o objeto da licitação/contratação direta e além do cumprimento dos critérios negativos de participação constantes do Aviso de Dispensa e seus anexos, o interessado em participar da presente Dispensa Física de Licitação deverá apresentar as seguintes documentações referentes para o cumprimento dos requisitos de habilitação:

1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.2.1. Para fins de habilitação jurídica, a documentação de habilitação dependerá do tipo de pessoa, conforme abaixo:

- a) Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Microempreendedor Individual (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/servicos-para-mei/emissao-de-comprovante-ccmei>;
- c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI):** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** decreto de autorização para funcionamento no Brasil;
- e) Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

1.2.2. Após a apresentação de tais documentos a Câmara Municipal de Tupi Paulista/SP examinará a compatibilidade entre o ramo de atividade da licitante e o objeto desta licitação.

1.2.3. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectivas, quando houver.



1.3. HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (ART. 68, LEI FEDERAL Nº 14.133/2021)

1.3.1.1. Para a habilitação fiscal, social e trabalhista devem ser apresentados os documentos listados abaixo:

1.3.1.1.1. Pessoa Jurídica:

- i. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- ii. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor/licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- iii. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- iv. prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência;
- v. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor;
- vi. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) mediante apresentação CRF;
- vii. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a ser emitida através do site do Tribunal Superior do Trabalho (TST);
- viii. declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição, constante do **“ANEXO II.1 - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME”** do Aviso de Dispensa.

1.3.1.2. Nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, além dos demais documentos de habilitação, por ocasião da participação neste certame as microempresas e as empresas de pequeno porte poderão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sendo assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.



1.3.1.2.1. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e na Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

1.3.1.2.1.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

1.3.1.3. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

1.3.2. HABILITAÇÃO TÉCNICA

1.3.2.1. A título de qualificação técnica, deverão ser apresentados Atestados de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que faça explícita menção à LICITANTE como executora, comprovando a sua aptidão na execução de objeto pertinente e compatível em características e prazos com o objeto deste Termo de Referência, contemplando, ao menos um Atestado de Capacidade Técnica.

1.3.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

1.3.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II), disponível em <https://esaj.tjsp.jus.br/sco/abrirCadastro.do>;

2. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor vencedor será considerado habilitado, nos termos do Aviso de Dispensa e seus anexos.



Câmara Municipal de Tupi Paulista

Rua D. Pedro II, nº 357 - Fone (18) 3851-1975 - Fone/Fax 3851-4354 - CEP 17.930-000
E-mail: cmtupta@uol.com.br - contato@camaratupta.sp.gov.br
C.N.P.J.: 01.553.985/0001-45
Site: www.camaratupta.sp.gov.br

RESOLUÇÃO N.º 03/2024

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 03, DE 15 DE MARÇO DE 2024

Regulamenta a Lei Federal nº 14.133 de 2021 no que dispõe sobre as licitações realizadas na forma física no âmbito da Câmara Municipal de Tupi Paulista.

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I OBJETO E ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Resolução tem por objetivo regulamentar o quanto disposto na Lei Federal nº 14.133 de 2021 no que trata das licitações realizadas na forma física no âmbito da Câmara Municipal de Tupi Paulista.

CAPÍTULO II DA DISPENSA FÍSICA

Art. 2º Durante o prazo fixado no artigo 176, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, a Câmara Municipal adotará a realização de licitação na forma física, ou seja, o procedimento administrativo licitatório será físico, presencial e não eletrônico, nas seguintes hipóteses:

I - contratação de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores, no limite do disposto no inciso I do caput do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

II - contratação de bens e serviços, no limite do disposto no inciso II do caput do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

III - contratação de obras, bens e serviços, incluídos os serviços de engenharia, nos termos do disposto no inciso III e seguintes do caput do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quando cabível; e

IV - registro de preços para a contratação de bens e serviços por mais de um órgão ou entidade, nos termos do § 6º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites, referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:

I - o somatório despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora; e

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

§ 2º Considera-se ramo de atividade a participação econômica do mercado, identificada pelo nível de subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.



Câmara Municipal de Tupi Paulista

Rua D. Pedro II, nº 357 - Fone (18) 3851-1975 - Fone/Fax 3851-4354 - CEP 17.930-000
E-mail: cmtupipta@uol.com.br - contato@camaratupipta.sp.gov.br
C.N.P.J.: 01.553.985/0001-45
Site: www.camaratupipta.sp.gov.br

§ 3º O disposto no § 1º deste artigo não se aplica às contratações de até R\$ 9.584,97 (nove mil quinhentos e oitenta e quatro reais e noventa e sete centavos) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluído o fornecimento de peças, de que trata o § 7º do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 4º O valor de que trata o § 3º deste artigo seguirá a atualização definida anualmente em ato normativo federal.

§ 5º Os valores referidos nos incisos I e II do caput serão duplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas.

§ 6º Quando do enquadramento de bens, serviços ou obras nos termos das hipóteses previstas neste artigo, a autoridade competente pela autorização e a autoridade superior responsável pela adjudicação e pela homologação da contratação devem observar o disposto no art. 73 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e no art. 337-E do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (código penal).

§ 7º Fica facultado o uso da dispensa eletrônica, que caso adotado, deverá seguir regulamento próprio.

CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO

SEÇÃO I Instrução

Art. 3º O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

I - Documento de Formalização de Demanda (DFD) e, se for o caso, **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, análise de riscos, portarias respectivas, **Termo de Referência (TR)**, projeto básico ou projeto executivo e demais documentos pertinentes, que poderão ser padronizados pela Procuradoria Jurídica;

II - estimativa de despesa;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos, salvo nas hipóteses de dispensa de emissão de parecer jurídico descritas na legislação pertinente e nesta resolução;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, mediante Certidão de Adequação Orçamentária emitida pelo Setor Contábil ou equivalente;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, salvo nas hipóteses de dispensa da documentação de habilitação descritas na legislação pertinente e nesta resolução;

VI - razão de escolha do contratado;

VII - justificativa de preço, se for o caso; e



Câmara Municipal de Tupi Paulista

Rua D. Pedro II, nº 357 - Fone (18) 3851-1975 - Fone/Fax 3851-4354 - CEP 17.930-000
E-mail: cmtuptipa@uol.com.br - contato@camaratuptipa.sp.gov.br
C.N.P.J.: 01.553.985/0001-45
Site: www.camaratuptipa.sp.gov.br

VIII - autorização da autoridade competente.

§ 1º Para efeito do inciso I deste artigo, o **Documento de Formalização de Demanda (DFD)** contemplará a descrição da necessidade da contratação, com a indicação do interesse público envolvido.

§ 2º A elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) será:

I - facultativa nas hipóteses dos incisos I, II, VII e VIII do artigo 75 e do § 7º do artigo 90, todos da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

II - dispensável na hipótese do inciso III do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e nos casos de prorrogações dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos;

III - dispensável, justificadamente, quando a contratação não envolver maior complexidade técnica, que possa ser descrita inteiramente no **Documento de Formalização de Demanda (DFD)**, na forma do § 1º deste artigo.

§ 3º Em se tratando de contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada em **Termo de Referência (TR)** ou em **Projeto Básico (PB)**, dispensa a elaboração dos demais projetos.

§ 4º O **Termo de Referência (TR)** deverá discriminar de forma clara, sucinta e precisa o objeto pretendido com a indicação das particularidades do bem, do produto ou serviço, contendo, dentre outras coisas, a quantidade, a unidade, as especificações técnicas, eventuais garantias e a forma de entrega ou de prestação.

§ 5º O ato que autoriza e o extrato do contrato da contratação direta ou instrumento equivalentes deverão ser divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial do órgão ou entidade promotora do procedimento e no Mural de Avisos da Câmara Municipal, neste último caso pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

§ 6º Na hipótese de registro de preços, somente será exigida a previsão de recursos orçamentários, nos termos do inciso IV do caput, quando da formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

SEÇÃO II Do Parecer Jurídico

Art. 4º Na hipótese de contratação direta, o parecer jurídico específico constante o item III do artigo anterior poderá ser dispensado se for emitida orientação normativa ou parecer jurídico padronizado pela Procuradoria Jurídica, a ser aplicado a todos os casos de contratação direta pela Câmara Municipal, especialmente na hipótese de dispensa física.

§ 1º Salvo orientação normativa ou parecer jurídico padronizado diversos emitidos pela Procuradoria Jurídica, nos termos do §5º do artigo 53, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 serão dispensadas de manifestação jurídica:

I - as contratações diretas de pequeno valor, com fundamento nos incisos I e II do artigo 75, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo se houver celebração de contrato administrativo e este não for padronizado pelo órgão de assessoramento técnico;



Câmara Municipal de Tupi Paulista

Rua D. Pedro II, nº 357 - Fone (18) 3851-1975 - Fone/Fax 3851-4354 - CEP 17.930-000
E-mail: cmtupipta@uol.com.br - contato@camaratupipta.sp.gov.br
C.N.P.J.: 01.553.985/0001-45
Site: www.camaratupipta.sp.gov.br

II - as contratações por inexigibilidade de licitação, na forma do artigo 74, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, desde que os seus valores não ultrapassem os limites previstos nos incisos I e II do artigo 75, da mesma Lei;

III - a entrega imediata do bem, assim considerada até 30 (trinta) dias da expedição da ordem de entrega;

IV - quando no processo administrativo licitatório se utilizar de minutas de editais e de instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.

§ 2º A manifestação jurídica será necessária sempre que houver suscitação de dúvida a respeito da legalidade do processo de contratação, pelo agente de contratação, por setor da Câmara Municipal ou pela autoridade competente, devendo especificar expressamente a dúvida suscitada.

SEÇÃO III

Do Edital ou Aviso de Dispensa

Art. 5º A Câmara Municipal deverá publicar edital ou aviso de contratação direta com as regras para escolha da proposta mais vantajosa e contratação, inclusive com as seguintes informações para a realização do procedimento, objetivando o recebimento de propostas adicionais de eventuais interessados:

I - a especificação do objeto a ser adquirido ou contratado;

II - as quantidades e o preço estimado de cada item, nos termos do disposto no inciso II do art. 3º, observada a respectiva unidade de fornecimento;

III - o local e o prazo de entrega do bem, prestação do serviço ou realização da obra;

IV - a observância das disposições previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

V - as condições da contratação e as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

VI - a data e o horário máximo de envio da **Proposta de Preços**, da **"Declaração Unificada de Cumprimento das Condições de Participação no Certame"** e da **Documentação de Habilitação**;

VII - endereço eletrônico (e-mail) para envio da **Proposta de Preços**, da **"Declaração Unificada de Cumprimento das Condições de Participação no Certame"** e da **Documentação de Habilitação**, sendo também possível a entrega física no Setor de Licitações e Contratos Administrativos e Contratos Administrativos, mediante protocolo na Secretaria da Câmara Municipal.

§ 1º As contratações de que tratam esta Resolução serão preferencialmente precedidas de divulgação do Edital ou Aviso de Dispensa em sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, contados da respectiva publicação, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Câmara Municipal em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.



Câmara Municipal de Tupi Paulista

Rua D. Pedro II, nº 357 - Fone (18) 3851-1975 - Fone/Fax 3851-4354 - CEP 17.930-000
E-mail: cmtupipta@uol.com.br - contato@camaratupipta.sp.gov.br
C.N.P.J.: 01.553.985/0001-45
Site: www.camaratupipta.sp.gov.br

§ 2º O prazo fixado para abertura e julgamento do procedimento não será inferior a 3 (três) dias úteis, contados da data de divulgação do edital ou aviso de contratação direta, preferencialmente em sítio eletrônico, e, se existir, no Diário Oficial ou meio equivalente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente seu art. 176.

§ 3º No Edital ou Aviso de dispensa poderão constar em seus itens remissões aos anexos, sendo os mesmos parte integrante daqueles independente de transcrição.

SEÇÃO IV

Da Divulgação do Edital ou Aviso de Dispensa

Art. 6º O edital ou aviso de dispensa (contratação direta) em sua íntegra será divulgado no mínimo no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal, assim como no Diário Oficial do Município ou equivalente, caso exista.

SEÇÃO V

Da Fase de Lances

Art. 7º Por se tratar de dispensa física, nas hipóteses do **art. 75, incisos I e II da Lei Federal nº 14.133/2021** não haverá fase de lances.

SEÇÃO VI

Do Fornecedor Interessado e do Envio da Proposta de Preços, da “Declaração Unificada de Cumprimento das Condições de Participação no Certame” e da Documentação de Habilitação

Art. 8º O fornecedor interessado, após a divulgação do edital ou aviso de contratação direta, encaminhará, por meio eletrônico, preferencialmente por e-mail, ou por protocolo na Secretaria da Câmara Municipal, direcionado ao Setor de Licitações e Contratos Administrativos, a proposta de preços, cujo modelo constará do Edital ou Aviso de Dispensa, com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

§ 1º Juntamente com a proposta o licitante deve enviar o quanto segue:

I - “DECLARAÇÃO UNIFICADA DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME”, através do preenchimento e assinatura de modelo que constará do Edital ou Aviso de Dispensa com as seguintes informações:

a) a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, abstendo-se de atos que frustrem a finalidade da contratação;

b) o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, **quando couber**;

c) o pleno conhecimento e subordinação às condições gerais da contratação, direcionado aos princípios da boa-fé objetiva e interesse público, inerentes aos procedimentos de contratação pública;



Câmara Municipal de Tupi Paulista

Rua D. Pedro II, nº 357 - Fone (18) 3851-1975 - Fone/Fax 3851-4354 - CEP 17.930-000
E-mail: cmtupipta@uol.com.br - contato@camaratupipta.sp.gov.br
C.N.P.J.: 01.553.985/0001-45
Site: www.camaratupipta.sp.gov.br

d) o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 63, inciso IV da Lei 14.133/21, **se couber**; e

e) o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021, no que tange à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

II - a documentação de habilitação exigida no Edital ou Aviso de Dispensa, salvo nas hipóteses em que o próprio Edital ou Aviso de Dispensa dispensa tal documentação, nos termos desta Resolução.

§ 2º As declarações e demais documentos que venham a integrar edital ou aviso de contratação direta poderão ser padronizadas pela Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal.

Art. 9º Caberá ao fornecedor se certificar do efetivo recebimento da proposta e documentação pelo órgão licitante, ficando o fornecedor única e exclusivamente responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio, caso a documentação não seja recebida dentro do prazo máximo fixado no edital ou aviso de contratação direta.

Art. 10. As propostas enviadas para a pesquisa de preços - incluindo pesquisas de preços realizadas junto à fornecedores através da rede mundial de computadores - participarão da classificação das propostas quando da fase de julgamento das mesmas e terão caráter sigiloso até a sessão pública de abertura, análise, classificação e julgamento das propostas, nos termos do art. 24 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, na falta do envio de propostas adicionais mais vantajosas para a Administração, poderá a Câmara Municipal de Tupi Paulista contratar com o menor valor obtido durante a pesquisa de preços melhor classificado, desde que cumpridos os requisitos de habilitação.

CAPÍTULO IV

DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA FASE DE HABILITAÇÃO

SEÇÃO I

Da Fase de Julgamento das Propostas

Art. 11. Encerrado o prazo para envio da proposta de preço, da **“DECLARAÇÃO UNIFICADA DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME”** e da documentação de habilitação, nos termos do Edital ou Aviso de Dispensa; a Câmara Municipal, através do Setor de Licitações e Contratos Administrativos, realizará a verificação da conformidade das propostas recebidas, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação, ordenando a classificação de acordo com o critério de julgamento estabelecido no Edital ou Aviso de Dispensa.

§ 1º Será considerada válida a proposta que preencher todos os requisitos constantes do Edital ou Aviso de Dispensa e de seus anexos e que tenha sido enviada ou protocolada até a data e o horário limites estabelecidos para abertura do procedimento.

§ 2º Se a mesma empresa enviar ou protocolar mais de uma proposta e/ou outro documento, será considerado para efeito de análise e julgamento apenas o que foi enviado/protocolado por último.



Câmara Municipal de Tupi Paulista

Rua D. Pedro II, nº 357 - Fone (18) 3851-1975 - Fone/Fax 3851-4354 - CEP 17.930-000
E-mail: cmtupipta@uol.com.br - contato@camaratupipta.sp.gov.br
C.N.P.J.: 01.553.985/0001-45
Site: www.camaratupipta.sp.gov.br

§ 3º Se após a publicação do edital ou aviso de dispensa não foram enviadas propostas adicionais com valor menor que alguma das propostas da pesquisa de preços, à empresa que apresentou a melhor proposta (de menor valor) da pesquisa de preços e que for classificada em primeiro lugar será concedido pelo Agente de Contratações o prazo de 2 (dois) dias úteis para o envio conjunto da **"DECLARAÇÃO UNIFICADA DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME"** e dos documentos de habilitação, iniciando-se o prazo após convocação da empresa vencedora por e-mail, sendo tal atoregistrado na ata da sessão de classificação e julgamento das propostas.

Art. 12. Definido o resultado do julgamento das propostas, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a Câmara Municipal, através do Agente de Contratações, poderá negociar condições mais vantajosas.

§ 1º Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

§ 2º A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

§ 3º Definida a proposta vencedora, o Setor de Licitações e Contratos Administrativos ou o Setor de Compras deverá solicitar o envio da proposta, adequada conforme negociação, e, se necessário, de documentos complementares.

§ 4º No caso de contratação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários ou de custos e formação de preços, esta deverá ser encaminhada com os respectivos valores readequados à negociação.

Art. 13. Será desclassificada a proposta vencedora que:

I - Contiver vícios insanáveis;

II - Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no Edital ou Aviso de Dispensa ou em seus anexos;

III - Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação, neste último caso mesmo após negociação;

IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências no **Aviso de Dispensa ou seus anexos**, desde que insanável.

Parágrafo único. Se a proposta for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



SEÇÃO II

Da Fase de Habilitação

Art. 14. Os documentos necessários à habilitação serão os estabelecidos no Edital ou Aviso de Dispensa e seus anexos e deverão ser enviados concomitantemente à proposta por todos os interessados em participar do certame/dispensa, via e-mail ou protocolo na Secretaria da Câmara Municipal direcionado ao Setor de Licitações e Contratos Administrativos, até a data e horário constantes no edital ou aviso de contratação direta, salvo quando a empresa vencedora da contratação direta tenha apresentado sua proposta apenas quando da pesquisa de preços, hipótese em se aplicará o disposto no § 3º do art. 11 desta Resolução.

Parágrafo único. A documentação referida neste artigo poderá ser:

I - apresentada em original, meio eletrônico, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração, desde que estas possibilidades constem no edital ou aviso de contratação direta;

II - substituída por registro cadastral emitido por órgão, entidade pública ou da própria Câmara Municipal, caso exista, desde que previsto no edital ou aviso de contratação direta e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta resolução ou na Lei Federal nº 14.133, de 2021;

Art. 15. Apenas será julgado o cumprimento dos requisitos de habilitação do fornecedor mais bem classificado e serão exigidas, exclusivamente, as condições de que dispõe a Lei Federal nº 14.133, de 2021 e as constantes do Edital ou Aviso de Dispensa e seus anexos.

§ 3º Nos termos do art. 70, III da Lei Federal nº 14.133, de 2021, no caso de contratações para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento, e nas contratações com valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento de que trata a alínea "c" do inciso IV do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, fica totalmente dispensada a documentação de habilitação constante do artigo 62 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Art. 16. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas nos artigos 14 e 15 e aos requisitos de habilitação constantes do Edital ou Aviso de Dispensa, o fornecedor vencedor será considerado habilitado mediante "**Ata de Homologação de Habilitação**" confeccionada pelo Agente de Contratações.

Parágrafo único. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação constantes do Edital ou Aviso de Dispensa, o Setor de Licitações e Contratos Administrativos examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.



Câmara Municipal de Tupi Paulista

Rua D. Pedro II, nº 357 - Fone (18) 3851-1975 - Fone/Fax 3851-4354 - CEP 17.930-000
E-mail: cmtupta@uol.com.br - contato@camaratupta.sp.gov.br
C.N.P.J.: 01.553.985/0001-45
Site: www.camaratupta.sp.gov.br

CAPÍTULO V DO PROCEDIMENTO FRACASSADO OU DESERTO

Art. 17. No caso do procedimento restar fracassado, o Setor de Licitações e Contratos Administrativos, desde que autorizados pela Presidência da Câmara Municipal, poderá:

I - republicar o procedimento;

II - fixar prazo para que os fornecedores interessados possam adequar as suas propostas ou sua situação no que se refere à habilitação; ou

Parágrafo único. O disposto nos incisos I e II caput poderá ser utilizado nas hipóteses de o procedimento restar deserto.

CAPÍTULO VI DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

SEÇÃO ÚNICA Adjudicação e homologação

Art. 18. Encerradas a etapa de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Parágrafo único. A autorização da autoridade competente constante do inciso VIII do art. 72 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 poderá ser publicada no mesmo ato de adjudicação do objeto e homologação do procedimento.

CAPÍTULO VII DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

SEÇÃO I Da substituição do contrato por outro instrumento equivalente

Art. 19. Nos termos do art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nas seguintes hipóteses o instrumento de contrato dos processos administrativos licitatórios poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente:

I - dispensa de licitação em razão de valor;



Câmara Municipal de Tupi Paulista

Rua D. Pedro II, nº 357 - Fone (18) 3851-1975 - Fone/Fax 3851-4354 - CEP 17.930-000
E-mail: cmtupipta@uol.com.br - contato@camaratupipta.sp.gov.br
C.N.P.J.: 01.553.985/0001-45
Site: www.camaratupipta.sp.gov.br

II -compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

Parágrafo único. O extrato do contrato ou o instrumento equivalente, quando for caso, poderá ser publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até 10 (dez) dias úteis contados de sua assinatura, e deverá ser disponibilizado no mesmo prazo no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal.

SEÇÃO II Da Contratação eletrônica

Art. 20. Como alternativa preferencial à assinatura e/ou aceite e envio do Contrato/Nota de Empenho/Ordem de Compra ou Ordem de Serviço tradicional em papel, no Edital ou Aviso de Dispensa poderá constar que as partes reconhecem a forma de contratação por meios eletrônicos e digitais como preferencial, válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação não emitidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

CAPÍTULO VIII DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 21. O fornecedor estará sujeito às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis, sem prejuízo da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da rescisão do instrumento contratual, nos termos do Edital ou Aviso de Dispensa.

TÍTULO II DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULO I Orientações gerais

Art. 22. A instrução e demais documentos pertinentes aos processos administrativos licitatórios da Câmara Municipal de Tupi Paulista, incluindo as contratações diretas e procedimentos auxiliares, poderão se dar no formato eletrônico ou digital, seja por meio de sistema próprio e especializado ou pela utilização dos documentos em formato digital (em formato “.pdf” por exemplo), devidamente assinados em formato digital, nos termos da legislação vigente.

Art. 23. A Procuradoria Jurídica poderá emitir minutas-padrão, Orientações aos setores competentes da Câmara Municipal e demais documentos pertinentes visando padronizar e direcionar procedimentos quando da aplicação desta resolução.

Art. 24. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste no Edital ou Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo Agente de Contratação da Câmara Municipal.



Câmara Municipal de Tupi Paulista

Rua D. Pedro II, nº 357 - Fone (18) 3851-1975 - Fone/Fax 3851-4354 - CEP 17.930-000

E-mail: cmtupipta@uol.com.br - contato@camaratupipta.sp.gov.br

C.N.P.J.: 01.553.985/0001-45

Site: www.camaratupipta.sp.gov.br

Parágrafo único. Poderão ser utilizados para Editais ou Avisos de Inexigibilidade os procedimentos para dispensa física constantes desta Resolução, no que couber.

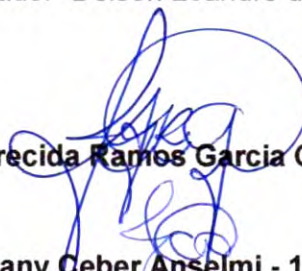
Art. 25. Os horários estabelecidos na divulgação do procedimento e recebimento de propostas e documentos observarão o horário de Brasília, Distrito Federal.

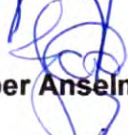
Art. 26. Demais disposições que não constem nesta resolução serão regidas pela Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO II Da Vigência

Art. 27. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução nº 003, de 14 de março de 2023.

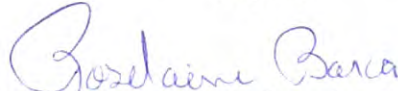
Sala das Sessões Vereador "Delson Leandro da Silva", 26 de Março de 2024.


Joana Aparecida Ramos Garcia Grava - Presidente


Joisiany Ceber Anselmi - 1º Secretário


Clovis Antonio Lopes – 2º Secretário

Registrado na Secretaria e publicado por afixação no local de costume e na data supra.


Roselaine Barca – Coordenador Administrativo